



DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Publicado na Edição de 30 de outubro de 2025 | Caderno Legislativo | Seção Atos Legislativos e Parlamentares da Assembleia

MOÇÃO Nº 437, DE 2025

Reunidos em Audiência Pública nesta Assembleia Legislativa, no dia 28 de outubro de 2025, promovida pelo nosso mandato em conjunto com o SINTEPS - Sindicato dos Trabalhadores do Centro Paula Souza, professores, estudantes, funcionários, técnicos e demais interessados debateram a situação das Escolas Técnicas (ETECs), Faculdades de Tecnologia (FATECs), decidindo alguns encaminhamentos, entre eles a apresentação desta moção.

No momento em que se realizou a audiência, os trabalhadores do Centro Paula Souza se encontraram em greve de 48 horas, que mereceu todo o nosso apoio, por serem justas as suas reivindicações.

Em primeiríssimo lugar, é preciso assinalar a necessidade de que toda e qualquer medida a ser aplicada no Centro Paula Souza, nas ETECs e FATECs, resulte do diálogo entre sua direção e a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação com toda a comunidade acadêmica: professores, funcionários, estudantes e demais segmentos envolvidos.

As ETECs e as FATECs cumprem um papel essencial. Elas são instrumentos de inclusão social, formação profissional e desenvolvimento econômico. O Centro Paula Souza administra 228 ETECs, com mais de 224 mil estudantes, além de 83 FATECs, que formam tecnólogos em áreas de alta demanda, hoje com cerca de 91 mil estudantes. Neste momento, a rede se prepara para novos desafios em tecnologia, automação e inovação.

Entretanto, há uma grave contradição: enquanto o Governo do Estado anuncia investimento de R\$ 1,2 bilhão em modernização, os profissionais do Centro Paula Souza continuam desvalorizados.

Docentes, técnicos e coordenadores têm salários defasados, contratos precários, jornadas excessivas e planos de carreira desatualizados. As reivindicações do SINTEPS são legítimas: reajuste salarial, revisão de carreira, concursos públicos, jornada adequada e benefícios básicos como plano de saúde e auxílio alimentação. Nesse contexto, é preciso atenção à Lei Complementar Nº 1.395/2023 e à Reforma Administrativa Estadual, que, sob o discurso da "modernização", ameaçam direitos

ameaçam direitos e carreiras públicas. organizações como a CUT-SP e a APEOESP, além de muitas outras, alertam para os riscos: terceirização, restrições a concursos, precarização e enfraquecimento do serviço público. O Decreto Nº 68.742/2024, que regulamenta a Reforma, reforça o controle de gastos e reduz o espaço para avanços salariais e de carreira.

A expansão das ETECs e FATECs, sem a valorização dos servidores é uma contradição que compromete a qualidade do ensino. Laboratórios podem ser reformados, mas sem motivação, estabilidade e reconhecimento, quem ensina e apoia o estudante ficará à margem.

Modernizar não é precarizar. Rejeitar a reforma administrativa que impõe tetos e limitações é defender uma educação pública técnica forte, estável e valorizada. O governo e essa Casa Legislativa devem dialogar com os trabalhadores, garantir concursos, recomposição salarial e plano de carreira digno — para que a modernização da rede seja também social e humana.

Neste momento em que o projeto de lei do Plano Nacional de Educação, que tramita no Congresso Nacional, tem um olhar para o ensino profissionalizante, é preciso compreender que, sem a necessária articulação entre o Estado e o Governo Federal, não teremos ensino profissionalizante de qualidade. O Plano Estadual de Educação em elaboração precisa assegurar essa articulação.

O Brasil terá seu Sistema Nacional de Educação, que acaba de ser aprovado no Congresso Nacional, coroando uma luta de 200 anos. É fundamental a interrelação entre o Sistema Nacional de Educação e o Plano Nacional de Educação, que juntos concretizam o regime de colaboração previsto na Constituição Federal, para acabar com a fragmentação da educação nacional, a partir de diretrizes nacionais a serem aplicadas em cada ente federado, garantindo educação de qualidade para todas e todos. Em São Paulo, é fundamental a construção do Sistema Estadual de Educação, articulando Estado e Municípios.

Reafirmamos: defender as ETECs e FATECs é defender o futuro da juventude paulista e o desenvolvimento do estado.

Em conclusão, os participantes da Audiência Pública decidiram:

- Apresentar, por meio de nosso mandato parlamentar, a presente moção;
- Prosseguir lutando por valorização salarial e profissional dos professores, funcionários e técnicos do Centro Paula Souza;
- Lutar para os recursos previstos, da ordem de R\$ 1,2 bilhão, sejam aplicados em investimentos estruturais e humanos;
- Recusar a Reforma Administrativa e a Lei Complementar Nº 1.395/2023, que atacam direitos e precarizam os serviços públicos e o compromisso com a valorização plena da escola pública técnica;
- Prosseguir articulando os interesses dos profissionais da educação com os estudantes das ETECs e FATECs em torno da luta por gestão democrática, condições de trabalho e de ensino-aprendizagem e ensino de qualidade;
- Realizar novos encontros e audiências públicas;
- Participar da elaboração do Plano Estadual de Educação na perspectiva do ensino profissionalizante de qualidade;
- Lutar pela construção do Sistema Estadual de Educação Paulista.

Frente ao exposto, a ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO se posiciona, por essa Moção de Apoio, favorável à luta dos trabalhadores e estudantes do Centro Paula Souza, em defesa das ETECs e FATECs, por condições de trabalho, ensino e aprendizagem e valorização profissional.

Cópias desta Moção serão enviadas para o SINTEPS – Sindicato dos Trabalhadores do Centro Paula Souza - à Praça Cel. Fernando Prestes, 74 - Bom Retiro, São Paulo - SP, CEP 01124-060, à Direção do Centro Paula Souza - Rua dos Andradas, 140 - Santa Ifigênia - São Paulo – SP - CEP 01208-000 e à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação - Avenida Escola Politécnica, 82, Jaguaré, São Paulo – SP, CEP: 05350-000.

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, em 29/10/2025.

Professora Bebel